

A IMPORTÂNCIA DA LEI

Nuno Serras Pereira

1. a) Depois da II G. Guerra centenas de homens que tinham sido preparados para executar o extermínio, nos campos de concentração, foram submetidos a pormenorizados testes pois pensava-se que eram psicopatas especificamente recrutados pelos nazis. Mas a conclusão do relatório foi que neste grupo não se encontraram mais anomalias do que na população em geral. A única característica comum a todos foi a de que tinham sido completamente dessensibilizados à violência e ao matar (L. Dawidowicz, *The war against the Jews*, New York: Holt, Rinehart, Winston, 1975.). A maioria dos assassinos dos campos de concentração eram seres humanos perfeitamente comuns (C. Browning's, *Ordinary Men*, Harper-Collins Publishing, 1992. Reviewed in the April 12, 1992 *New York Times Book Review* by psychiatrist Walter Reich).

b) Mal os prisioneiros chegavam aos campos de concentração, separavam-se as crianças das suas mães. Depois eliminavam-se estas. Em seguida matavam, de consciência “tranquila”, as criancinhas já que sem as suas mães a sua “qualidade de vida” (*Lebensqualität*) seria muito baixa (*idem*). Deste modo os membros desta unidade, composta de gente comum, chacinou milhares de crianças de 2-3 anos. No julgamento de Nuremberga invocaram em sua defesa que agiam de acordo com a lei e que se limitavam a participar em “actos de misericórdia” (*ibidem*).

c) Hoje em dia, nos USA, muito do pessoal das clínicas de aborto admitiram candidamente que se fosse legal matar, em clínicas, crianças perfeitamente saudáveis de 4-5 anos eles ajudariam de bom agrado. Atente-se nesta entrevista típica:

“Pergunta - Desde que ganhe dinheiro, não importa?”

Empregada de clínica - Desde que haja comida para a boca, não, não importa. É legal...É legal...É legal!

P. - Então se se legalizar a morte de crianças de 4 anos, você não teria nenhum problema?

E. C. - Não, não teria prolema [em matá-las] ... A minha consciência está muito tranquila...” (“Abortion Clinic Staff Worker Gives Her Excuses”. *Life Advocate* (publication of Advocates for Life Ministries, Portland, Oregon), April 1992, p. 21.). (Cf B. Clowes).

2. Estudos sobre a psicologia da moralidade revelam que a lei é, de facto, um guia. Uma das conclusões mais significativas desses estudos mostra que as leis em vigor, juntamente com os costumes, são o critério mais importante quando se trata de julgar o que é bem e o que é mal. A maioria das pessoas olha para a lei como um guia moral.

Num estudo realizado nos EUA, 72% das mulheres interrogadas afirmaram categoricamente que se o aborto fosse ilegal nunca o teriam feito; 24% exprimiram dúvidas sobre se o teriam feito ou não; Somente 4% das interrogadas afirmaram que teriam feito o aborto ainda que ele fosse ilegal. (Cf. *Aborted Women: Silent No More*, David Reardon, Chicago, Loyola University Press, 1987).” (cf. João Araújo).

